

Ata da Assembleia Geral Ordinária da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco, realizada no dia sete (07) de novembro de mil novecentos e sessenta e oito (1968), para eleição do Conselho Seccional.

Nos sete (07) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e oito (1968), às nove horas e trinta minutos (9,30), no salão do Tribunal do Júri, no Edifício do Palácio da Justiça, na cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, teve início a Assembleia Geral da Seção Pernambucana da Ordem dos Advogados do Brasil, convocada ordinariamente para o fim especial de eleger os membros do Conselho Seccional, que deverão exercer o mandato no período de primeiros de fevereiro de mil novecentos e sessenta e nove (1969) a trinta e um (31) de janeiro de mil novecentos e setenta e um (1971). O edital de convocação da Assembleia Geral foi publicado no Diário Oficial do Estado, de Pernambuco, edições de vinte e dois (22) e vinte e seis (26) de outubro de mil novecentos e sessenta e oito (1968) e no Jornal do Comércio e Diário de Pernambuco, edições de vinte e dois (22) e dezoito (18) de outubro último, respectivamente. Fez-se menção em três

mesas receptoras de votos, sendo a primeira presidida pelos conselheiros Berquedo & Elliot e intregada pelos conselheiros Fernando Coelho e Geraldo Mendonça e advogados Millen Antônio Carl Real e José Venturo, a segunda presidida pelo conselheiro Luiz Marques Vieira e intregada pelo conselheiro Abel José de Farias e advogados Hilma Santos, Luiz Benedito do Rêgo e Ednara Maria Brito; e a terceira presidida pelo conselheiro João Pinheiro Lima e intregada pelo conselheiro Evaristo Souza e pelos advogados Geraldo Neves, Maria Benício Costa e Maria Magdalena Alves Monteiro. Os presidentes das mesas receptoras de votos, acima indicados, foram substituídos nos seus afastamentos pelos conselheiros Fernando Coelho, Abel José de Farias e Evaristo Souza. Os trabalhos foram acompanhados, em todo o seu curso pelos conselheiros José Carlos de Farias, Carlos Martins Moreira, João Benedito, Isaac Pereira da Silva, Selyno Ribeiro de Paiva e outros advogados. Iniciados os trabalhos, na presença dos referidos conselheiros e advogados, o senhor Presidente do Conselho mandou que fossem exibidas e examinadas as urnas destinadas a receber os suffragios. Isto feito, procedeu-se a aposição das faixas e sinetes, que garantem a inviolabilidade das urnas. Terminaram, então, início os trabalhos de relação, que prosseguiram, ininterruptamente, até quinze horas e trinta minutos (15,30). A esta

hora, encontrando-se ainda no recinto, vários advogados que não haviam votado foram admitidos a fazê-lo, pelas mesmas recepções de votos, em forma regular, mentes, daí prosseguindo os trabalhos até as dezesseis horas e trinta minutos (16,30), quando foi encerrada a votação. Logo em seguida o Sr. Presidente do Conselho, Sr. José Cavalcanti Gomes, declarou que a apuração fosse feita pelas próprias mesas receptoras de votos. Verificada a integridade das urnas, foram as mesmas abertas, iniciando-se a contagem dos sobrecartões. Votaram, nas Três (3) urnas, 1027 (um mil e vinte e sete) advogados, com direito a sufrágio um e quatro (24) nomes, num total de vinte e quatro mil seiscentos e quarenta e oito (24.648) sufrágios. Comprometida a coincidência entre os números de sobrecartões e o de votantes, procederam as escrutinadoras a apuração dos votos, chegando-se ao seguinte resultado: Ivan Campos de Souza noventa e um e quatro (924) votos; Evandro da Cunha Lima noventa e um e quatro (924) votos; Severino Jordão B. menenciano noventa e dezesseis (917) votos; Isaac Pereira da Silva noventa e um e quatro (924) votos; João Pinheiro Reis noventa e um (920) votos; Pelágio Silveira noventa e um e dois (922) votos; Berquedof Elliot noventa e

Discursos

vinte e dois (922) votos; Sylvestre Ribeiro de Paiva novecentos e dezanove (919) votos; Darley de Soana Ferreira novecentos e vinte e quatro (924) votos; Moacir César Bandeira novecentos e vinte e três (923) votos; Reinaldo Bonnelas Lãmara novecentos e vinte e seis (926) votos; Luiz Marques Vieira novecentos e seis (906) votos; Ronaldo Tavares Souto Maior novecentos e vinte (920) votos; Geraldo dos Anjos Neto de Mendonça novecentos e vinte e quatro (924) votos; Joaquim Correia de Carvalho Júnior novecentos e vinte e dois (922) votos; Fernando de Vasconcelos Coelho novecentos e vinte e três (923) votos; Luiz Rodolfo de Araújo Júnior novecentos e vinte e dois (922) votos; Abelly José de Farias novecentos e vinte e cinco (925) votos; Luiz Benício do Rego novecentos e vinte e quatro (924) votos; José Souto Maior Borges novecentos e vinte e quatro (924) votos; Romildo da Rocha Beão novecentos e vinte e dois (922) votos; Alcirio José Pereira Braga novecentos e dezanove (919) votos; Manoel Euldo Reis novecentos e vinte e três (923) votos; Gilten Wanderley de Siqueira novecentos e vinte e dois (922) votos. Foram apurados, ainda, votos para os seguintes advogados, nas urnas da capital: Tranmatunga Bonfim 31 (Trinta e um); Mário Baptista dois (2); Carlos Moniz dois (2); Luiz Gonzaga de Freitas, Antônio de Brito Alves, Juarez Vieira da Cunha, Cândido Macedo Pereira, José Paulo Cavalcanti, José Cláudio Sá Pereira, Rodolfo Araújo,

Seígio Ifigênio, Alberto Gomes, Paulo Ge-
mí, Leiton Lima, Rui Lima, Gentil Men-
diança, João Fonseca, Francisco Paoli,
João Rufino, Geraldo Neves, Luiz de M^e.
do Reis, Hilton Juedes, João Maria Rapo-
so e Nelson Cardoso, todos com um (1)
voto. Votos nulos e em branco um mil
duzentos e setenta e três (1273), em to-
das as urnas. Além dos vinte e quatro
(24) candidatos mais votados integre-
ram o Conselho ainda, na qualidade de
membros natos, os advogados, Tomaz
de Oliveira Sobó, José Cavalcanti Neves
e Carlos Martins Moreira, por já terem
exercido a Presidência do Conselho. Além
dos votos acima apurados, todos referentes
as três (3) urnas da capital, serão
computados no resultado geral os vo-
tos dados nas urnas que funcio-
nam nas cidades de Parauape-
nhas, tudo nos termos do parágra-
fo 3º do artigo 45º do Estatuto da
Ordem, devendo ser publicado no
Diário Oficial do Estado mapa ge-
ral do pleito, contendo o resultado
de todas as urnas. E como me de-
mais houverse a Tratar, foi encerra-
da a Sessão, na qual foi le-
vada esta ata, que será assina-
da pelo Senhor Presidente do Conse-
lho, Conselheiros e advogados
presentes.

Ju. Cavalcanti m. - Presidente

Assim

Quilorgu - Luis
 João Furtado
 Fernando da Cunha Junior
 Luis Furtado
 Augusto Ribeiro
 João Furtado
 Bernardo Elliott
 João Furtado

Ata da Assembleia Geral
 Ordinária da Ordem dos
 Advogados do Brasil,
 Seção de Pernambuco,
 realizada em 27 de
 março de 1969 - 1ª con-
 vocação.

Aos vinte e sete (27) dias
 do mês de março do ano de mil no-
 vecentos e sessenta e nove (1969), na sa-
 la de reunião do Conselho da Ordem
 dos Advogados do Brasil, Seção de
 Pernambuco, nesta cidade do Recife,
 reuniram-se às 16 horas em Assem-
 bleia Geral Ordinária os advogados
 inscritos nos quadros da referida
 Seção, sob a presidência do Sr.